



TEORIA E EXERCÍCIOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC

PROFESSOR

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Redação Discursiva
- ✓ Raciocínio Lógico e Matemático
- ✓ Noções de Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão
- ✓ Educação Brasileira: Fundamentos e Temas Pedagógicos
- ✓ Legislação Educacional (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
de Bancas variadas



Ministério da Educação

MEC

Professor

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, com base no último edital do MEC - Ministério da Educação.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “Importante!” e “Dica”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas de bancas *variadas*, responsáveis pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Legislação Educacional disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	11
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	13
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	24
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.....	25
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL.....	25
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	30
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	37
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	38
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	41
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	49
Colocação dos Pronomes Átonos	58
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	59
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	66
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	69
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	71
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	71
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO; REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO; REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	74
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	85
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	85
RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO	113
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS	113
■ SISTEMA LEGAL DE MEDIDAS	119
■ RAZÕES E PROPORÇÕES	122

DIVISÃO PROPORCIONAL	124
REGRA DE TRÊS SIMPLES	126
REGRA DE TRÊS COMPOSTAS	127
PORCENTAGENS	130
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE 1º E DE 2º GRAUS	132
SISTEMAS LINEARES.....	140
■ FUNÇÕES E GRÁFICOS.....	142
■ PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS.....	147
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	150
ANALOGIAS.....	150
INFERÊNCIAS.....	151
DEDUÇÕES	151
CONCLUSÕES	151
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	152
■ COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS.....	152
PROPOSIÇÕES SIMPLES	152
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	154
TABELAS-VERDADE	156
■ EQUIVALÊNCIAS	159
LEIS DE DE MORGAN	164
■ DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	168
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.....	172
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	182
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	191
NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	215
■ LEI Nº 10.741, DE 2003 – ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	215
■ LEI Nº 12.288/2010 – ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	236

■ LEI Nº 12.764/2012 – POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	251
■ LEI Nº 13.185/2015 – COMBATE AO BULLYING.....	256
■ LEI Nº 14.254/2021 – ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DISLEXIA, TDAH E OUTROS TRANSTORNOS.....	257
■ LEI Nº 10.048/2000 – ATENDIMENTO PRIORITÁRIO	258
■ LEI Nº 10.098/2000 – NORMAS GERAIS DE ACESSIBILIDADE	259
■ DECRETO Nº 4.377/2002 – CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW)	262
■ DECRETO Nº 99.710/1990 – CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA.....	268
■ DECRETO Nº 5.296/2004 – REGULAMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE.....	279
■ LEI Nº 14.811/2024 – MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR	293
■ TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	297
O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	302
DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS	304
Mulheres	304
Pessoas Idosas.....	307
Crianças e Adolescentes.....	307
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais	308
Pessoa com Deficiência	309
LGTQIAP+	310
Refugiados	311
■ POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	312
■ DECLARAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA	315
■ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	318
EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FUNDAMENTOS E TEMAS PEDAGÓGICOS.....	327
■ FUNDAMENTOS	327
RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: DIMENSÕES FILOSÓFICA, HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGÓGICA.....	327

■ DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS	329
■ TEMAS PEDAGÓGICOS: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	333
PROCESSO DE PLANEJAMENTO: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E NÍVEIS.....	333
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	334
PLANEJAMENTO ESCOLAR: PLANOS DA ESCOLA, DO ENSINO E DA AULA.....	335
■ CURRÍCULO.....	335
DO PROPOSTO À PRÁTICA.....	335
■ TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	338
■ EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	340
■ EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE, CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS.....	341
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	341
■ EDUCAÇÃO INTEGRAL	343
■ EDUCAÇÃO DO CAMPO	344
■ EDUCAÇÃO AMBIENTAL	346
■ FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR.....	347
■ EDUCAÇÃO/SOCIEDADE E PRÁTICA ESCOLAR.....	349
■ TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA PRÁTICA ESCOLAR	351
■ DIDÁTICA E PRÁTICA HISTÓRICO-CULTURAL	355
■ DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....	356
■ ASPECTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS DA PRÁTICA EDUCATIVA, SEGUNDO AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS	357
■ COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	359
■ PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	361
■ RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO.....	362
■ COMPROMISSO SOCIAL E ÉTICO DO PROFESSOR	364
■ COMPONENTES DO PROCESSO DE ENSINO	365
OBJETIVOS; CONTEÚDOS; MÉTODOS; ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E MEIOS	365

■ INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE DO CONHECIMENTO	367
■ AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	370
■ PAPEL POLÍTICO-PEDAGÓGICO E ORGANICIDADE DO ENSINAR, APRENDER E PESQUISAR.....	373
■ FUNÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA ESCOLA.....	375
■ ESCOLA: COMUNIDADE ESCOLAR E CONTEXTOS INSTITUCIONAL E SOCIOCULTURAL.....	377
■ PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES	378
■ POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	380
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA	382
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	384

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

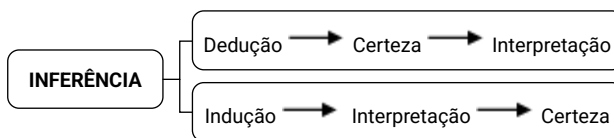
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

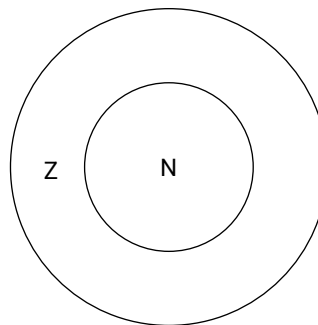
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots, -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos (Z^+)** = $\{0, 1, 2, 3, \dots\}$. Veja que estes são os números naturais;

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

LEI Nº 10.741, DE 2003 – ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Embora os direitos fundamentais sejam universais (por serem inerentes à condição de ser humano), em alguns casos, levando em consideração as dificuldades enfrentadas por determinadas minorias sociais — tais como as mulheres, as crianças e as pessoas idosas —, foi necessário criar mecanismos de proteção de alcance especial.

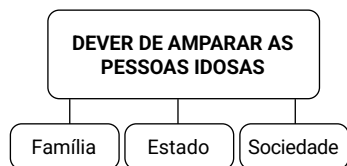
Além disso, a fim de enfrentar a violência e o preconceito contra determinados grupos étnicos, também foram criados alguns instrumentos legais de tutela e acolhimento.

Cumprе esclarecer, no entanto, que o sistema de proteção especial não visa relativizar as peculiaridades sociais e culturais de determinado grupo, mas, sim, aumentar o alcance de proteção dos direitos humanos em razão das particularidades existentes.

Nesta ótica, pode-se dizer que o art. 229 da Constituição Federal de 1988 deu amparo aos direitos da pessoa idosa ao estabelecer que, na velhice, carência ou situações de enfermidade, compete aos filhos o dever de prestar auxílio e amparo aos seus pais.

Também, ainda de acordo com a CF, é dever da família, da sociedade e do Estado prestar assistência às pessoas idosas, garantindo que participem da comunidade de forma digna, pois, assim como todos os outros indivíduos, esse grupo social tem direito à vida e ao bem-estar.

Trata-se de um dever **tripartido**: dever da família, da sociedade e do Estado, conforme prevê o art. 230, da CF, de 1988.



Em razão dessa proteção constitucional, foi elaborada a Política Nacional do Idoso por meio da Lei nº 8.842, de 1994. No entanto, o sistema de proteção da pessoa idosa no Brasil somente foi aperfeiçoado com a presente Lei nº 10.741, de 2003, também denominada “Estatuto da Pessoa Idosa”.

Antes de iniciarmos o estudo deste estatuto, é preciso ter em mente que, para melhor compreendê-lo, é primordial entender sua estrutura e identificar as ideias mais importantes da legislação, uma vez que as bancas tendem a cobrar o que se denomina

“literalidade das ideias”, ou seja, os pontos principais de cada artigo com base em sua estrutura. Não há, entretanto, a necessidade de decorá-los.

O presente material dedica atenção especial à parte relativa aos crimes (arts. 93 a 108).

NOÇÕES GERAIS DO DIREITO DA PESSOA IDOSA

Em 2022, a Lei nº 14.423, de 2022, trouxe uma nova denominação ao estatuto: Estatuto da Pessoa Idosa. A lei alterou, ainda, as expressões “idoso” e “idosos”, que foram substituídas por “pessoa idosa” e “pessoas idosas”. Portanto, onde se lê “idoso” e “idosos”, leia-se “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.

O Estatuto da Pessoa Idosa é dividido em sete partes:

- **Disposições preliminares:** estabelece os conceitos iniciais e as regras de interpretação;
- **Direitos fundamentais:** elenca e disciplina os direitos à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, aos alimentos, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à habitação e ao transporte;
- **Medidas de proteção:** cuida dos meios de proteção sempre que os direitos fundamentais dos idosos forem ameaçados ou violados;
- **Política de atendimento à pessoa idosa:** disciplina as linhas de ação da política de atendimento, as entidades de atendimento ao idoso, os meios de fiscalização dessas entidades, as infrações administrativas, a apuração administrativa de infração às normas de proteção à pessoa idosa e a apuração judicial de irregularidades das entidades;
- **Acesso à justiça:** estabelece a tramitação prioritária, as regras de proteção e o órgão competente por sua promoção;
- **Crimes:** tipifica os crimes praticados contra as pessoas idosas;
- **Disposições finais e transitórias:** cuida das regras de transição e demais modificações legislativas feitas pelo estatuto em outras leis.

Inicialmente, o conceito de **pessoa idosa** é encontrado no art. 1º do estatuto. Considera-se pessoa idosa aquela “com idade **igual ou superior a 60 (sessenta) anos**.” Por levar em consideração apenas a idade biológica da pessoa, descartando qualquer outro critério para apuração, como o físico e o psicológico, por exemplo, estamos diante de um critério cronológico.

Atenção! Embora o estatuto fixe a idade de 60 anos ou mais, isso não impede que outras leis fixem idades distintas, desde que estas não se refiram, exatamente, à pessoa idosa, ou seja, desde que se relacionem apenas à idade, e não ao fato de a pessoa ser idosa. São exemplos importantes:

- **65 anos:** direito ao benefício do **transporte coletivo público gratuito**, conforme o § 2º, art. 230, da Constituição;
- **65 anos:** direito ao **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, conforme art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social;
- **70 anos**, na data da sentença: direito à redução, pela **metade**, do **prazo prescricional**, conforme o art. 115 do Código Penal;

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FUNDAMENTOS E TEMAS PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS

RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: DIMENSÕES FILOSÓFICA, HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGÓGICA

As autoras Bandeira e Dantas (2017) destacam que a educação como a conhecemos hoje é fruto de muito esforço para responder às necessidades do homem em busca de autoconhecimento e de compreensão do mundo que o cerca. Esta constante busca é inerente a sua natureza que, desde o princípio, procurou transferir aos mais jovens a cultura e o modo de organização de um determinado povo ou civilização. A intuição foi uma das primeiras formas com a qual se exerceu o ato de educar, e os gregos foram os precursores, com traços de uma ausência de reflexão sobre os seus propósitos e apoiando-se nas qualidades individuais dos mestres formadores (MARTINS, 2011).

Para as autoras, não se trata de negar ou desvalorizar o legado deixado pelas civilizações gregas que serviram de modelo para a organização social e educativa do mundo ocidental, mas de destacar que a preocupação com a estruturação de uma Pedagogia que buscasse, de forma mais sistemática e reflexiva, responder aos questionamentos cotidianos se deu bem mais a frente, primeiramente com Comenius e sua racionalidade filosófica no século XVII, depois, Herbart ampliou a ideia na sua obra “Pedagogia Geral” aproximando a Psicologia e a Filosofia à Pedagogia (MARTINS, 2011).

A partir do século XX, o conhecimento pedagógico é fundamentado sob a ótica do saber científico orientado pelo positivismo de Augusto Comte e, ao longo dos anos até a atualidade, esse conhecimento foi debatido, construído e reconstruído por diversos enfoques nas teorias científicas, inspirando as várias tendências e modelos didáticos no contexto escolar, constituindo, assim, os diferentes olhares para a Pedagogia (BANDEIRA; DANTAS, 2017).

Todo o processo de construção e reconstrução da educação foi e ainda é importante para a organização social do homem, uma vez que, conforme as situações cotidianas demandavam soluções, a educação se desenvolvia e tentava responder os questionamentos da humanidade (INFOESCOLA, 2017).

Eis que surge a questão: **é correto afirmar que a organização social define os propósitos educacionais de cada época, relacionando o desenvolvimento de uma determinada sociedade aos saberes transmitidos e elaborados por sua população?**

As autoras defendem que sim, pois, de acordo com Scaff (2013), com o advento da Revolução Industrial — marcado pelo êxodo rural e uma crescente urbanização —, a organização dos saberes, cada vez mais complexos e abundantes, demandou a sistematização

e a expansão das instituições educacionais. Neste momento da história se estabelecem as duas classes sociais basilares do modo de produção capitalista: os burgueses, proprietários das fábricas e detentores do poder econômico, e os trabalhadores, que já não eram mais sujeitos do próprio trabalho e precisavam vender sua mão de obra para sobreviver nas cidades.

A escola passa a ter uma função importante para a manutenção dessa crescente configuração social que culmina em duas escolas: uma para os filhos dos ricos (burgueses) e outra para os filhos dos pobres (trabalhadores). Percebe-se claramente que a educação, os saberes elaborados e acumulados historicamente pelo homem, não estavam acessíveis para todos. O interesse dos detentores do poder econômico era que a classe mais pobre recebesse menos instrução para conseguir desenvolver o trabalho nas fábricas e manter a condição de explorados (MENDES, 2013).

Galvão (2010) aponta que a concepção de educação está relacionada à concepção de sociedade, ou seja, cada época irá enunciar as suas finalidades, adotando determinada tendência pedagógica. Na história da educação brasileira, pode-se identificar diferentes concepções, tendo em vista os ideais da formação do homem para a sociedade de cada época.

As principais correntes pedagógicas diretamente ligadas à aquisição do conhecimento por meio dos currículos escolares, identificadas no Brasil são: a tradicional, a crítica e a pós-crítica. A concepção tradicional enfatiza o ensino e a aprendizagem de conteúdos a partir de uma metodologia rigorosamente planejada, com foco na eficiência.

A concepção crítica aborda questões ideológicas, colocando em pauta temas relacionados ao poder, a relações e classes sociais, ao capitalismo, à participação, entre outros, de forma a conscientizar o educando acerca das desigualdades e injustiças sociais. A partir do despertar da consciência crítica e participativa, o estudante poderá se emancipar e se libertar das opressões sociais e culturais, atuando no desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

A concepção pós-crítica tem como foco os temas relacionados à identidade, diferenças, alteridade, subjetividade, cultura, gênero, raça, etnia, multiculturalismo, saber e poder, de forma a acolher a diversidade do mundo contemporâneo. Busca o respeito, a tolerância e a convivência harmoniosa entre as diferentes culturas. A ideia principal é a de que, por meio da educação, o indivíduo acolha e respeite as diferenças e, assim, por meio de um conjunto de relações estabelecidas nas diferentes formas de se adquirir, transmitir e produzir conhecimentos, construa as bases da sociedade. Estão em debate questões filosóficas, de valores, histórico-sociais, econômicas, teóricas e pedagógicas que constituem o processo educativo.

Dica

O texto do III do art. 1º da Constituição Federal de 1988, aponta a educação como uma das alternativas para a formação da dignidade da pessoa humana, bem como na LDB nº 9.394, de 1996.

Dois importantes autores da sociologia, Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, dedicaram-se a estudar as instituições e as diferentes formas da educação em sociedade. Os autores ressaltam que, ao falarmos de **instituições educadoras**, não estamos nos referindo apenas à escola, pois o processo educacional

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO